

Provável, Possível ou Remota? Um Estudo sobre Gerenciamento de Informações Contábeis Utilizando as Provisões Contingenciais em Entidades de Previdência

LEILA BATISTA MELLO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

FABRÍCIA DE FARIAS DA SILVA CONSTANTINO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

ADRIANO RODRIGUES

Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCC/UFRJ)

Resumo

A pesquisa procurou verificar se existe gerenciamento da informação contábil por meio de *accruals* discricionários específicos em entidades previdenciárias, o que poderia ocorrer a partir da decisão de contabilização de determinado passivo contingencial estimado. Desta forma, seu objetivo foi identificar se existe gerenciamento da informação contábil por intermédio das provisões contingenciais registradas nas demonstrações financeiras consolidadas das maiores entidades de previdência complementar que atuam no Brasil. Para isso, foi composta uma amostra com 30 entidades de previdência complementar, sendo 15 EFPC e 15 EAPC, escolhidas segundo o critério não probabilístico, envolvendo a verificação das maiores entidades com relação ao Ativo Total no final de dezembro de 2015. Os dados foram coletados das Demonstrações Financeiras consolidadas contidas nos relatórios anuais das entidades no período de 2010 a 2015, e como possuíam diversas observações ao longo de vários períodos de tempo, a técnica mais adequada foi regressão de dados em painel por meio do método MQO agrupado. Por meio da análise dos resultados, percebeu-se que o conjunto de variáveis explicou 7% da Provisão Contingencial, ou seja, observou-se, que o Passivo Operacional e o Resultado Operacional explicam as alterações nas Provisões Contingenciais, mostrando que houve gerenciamento por parte dos gestores nas provisões contingenciais. Sobre o passivo operacional, percebeu-se que a pressão do regulador contra possíveis resultados deficitários pode promover o gerenciamento por parte das reguladas. Quanto ao resultado operacional, quando o mesmo aumenta permite um aumento também das provisões contingenciais o que confirma a teoria de Kothari (2001) de que os gestores podem usar o critério de contabilização oportunisticamente e manipular os *accruals*.

Palavras chave: Provisões Contingenciais, *Accruals* específicos, Gerenciamento de Resultado, Entidades de Previdência Complementar.

Introdução

Em abril de 2016 em Paris ocorreu o evento da Organisation for Economic Co-Operation and Development [OECD], o *Pensions Outlook* que abordou sobre as perspectivas das entidades de previdência e seus planos de aposentadoria, nessa oportunidade o especialista financeiro sênior do Banco Mundial, William Price fez um importante alerta: “Em 2050, 80% dos idosos viverão em países de baixa renda, por isso precisamos começar a expandir o alcance de nossos dados para lidar com essa mudança demográfica” (OECD, 2017).

O tema previdência social e complementar permeia atualmente toda a sociedade brasileira, com as novas notícias sobre a alteração das regras de aposentadoria. O perfil da sociedade brasileira vem mudando de forma muito rápida, segundo o Ministério de Previdência Social (MPS), o país está envelhecendo pelos principais motivos: diminuição da taxa de fecundidade das brasileiras e aumento da expectativa de vida. (MPS, 2016).

A previdência brasileira está segmentada em dois grandes pilares: a previdência social e a complementar. Esta segmentação é comum a diversos países e está pautada segundo a lógica de que cabe à previdência social garantir a renda básica familiar em caso de perda de capacidade de trabalho mediante benefícios de aposentadorias programadas, por invalidez e pensões por morte. Sendo que a previdência privada oferece benefícios semelhantes, mas com caráter complementar à social. (Caetano, 2011)

Este artigo visou verificar se há gerenciamento de informações contábeis nas entidades de previdência complementar utilizando *accruals* específicos e a discricionariedade permitida nas estimativas das contingências passivas com a intenção, por parte dos gestores, de aparentar atendimento aos órgãos reguladores assim como aos beneficiários desses planos.

Como o objeto de estudo é a previdência complementar, ainda de acordo com Caetano (2011) a mesma se estrutura em dois grandes grupos no Brasil: as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC), sendo que a diferença básica entre as duas é que os planos de benefícios oferecidos pelas EFPC estão disponíveis somente para trabalhadores vinculados a empresas patrocinadoras ou a entidade classista instituidora de fundo de pensão, enquanto que, os planos administrados pelas EAPC estão acessíveis a qualquer interessado.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, trata-se de uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. O órgão responsável pela previdência complementar fechada é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC vinculada ao Ministério da Previdência Social.

As entidades de previdência, mesmo que sejam consideradas as diversas formatações jurídicas que assumem de um país para outro, não se caracterizam tipicamente como instituições financeiras. No entanto, dada a sua natureza de investidores institucionais interagem fortemente com o mercado financeiro e, como mobilizadores de poupança previdenciária (Reis, 2008).

Um dos objetivos da regulação desses mercados é garantir a estabilidade do mercado financeiro, portanto os reguladores estão preocupados com a contabilidade dessas entidades, seus riscos e o efeito no mercado. As normas do *International Accounting Standards Board* (IASB) e os seus equivalentes no Brasil, os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estão sendo aplicados desde 2010 no país.

O pronunciamento técnico 25, mais conhecido como CPC 25 aborda as contingências passivas e ativas, e esta pesquisa foca o reconhecimento das contingências passivas que se dá por meio das provisões contingenciais e a discricionariedade da administração, tendo em vista

a estimativa de probabilidade de perda das ações judiciais que envolvem as entidades de previdência complementar.

O CPC 25 afirma que passivo contingente é: (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida por que: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

A SUSEP homologou as decisões do referido CPC por meio da Circular 483/14, em que no anexo IV da circular apresenta todos os CPC. Apesar da circular ter sido revogada pela Circular 517/2015, os anexos não podem ser considerados revogados, já que a mesma não possui anexos, e ainda no site do CPC consta a aprovação dos CPCs pela SUSEP por meio da circular 483/14. Na Seção XXIII do referido anexo, que discorre sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, consta que “No que não contrariem esta Circular, aplicam-se integralmente as disposições e os critérios estabelecidos no Pronunciamento CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis” (Circular SUSEP 483/2014, anexo IV, p. 5).

Já a PREVIC possui normas de contabilização própria, como a Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, que estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar. E em seu anexo A item 26 exige que “As provisões em caráter contingencial devem ser contabilizadas no exigível contingencial, tendo como contrapartida a conta Constituição/Reversão de Contingência”. Além disso, a PREVIC regula e acompanha o Equilíbrio Técnico das entidades, na forma de Superávit ou Déficit no exercício, quando há superávit acumulado após três anos o órgão regulador por meio da Resolução CGPC nº 29, de 26/09/2008, exige que haja distribuição, assim como quando há Déficit Técnico a PREVIC exige seu equacionamento de acordo com a citada resolução e suas alterações posteriores. O presente trabalho não focou questões relativas a equacionamento de déficit ou distribuição de superávit.

Esta pesquisa verificou se há gerenciamento da informação contábil por meio de *accruals* discricionários específicos. Este gerenciamento pode ocorrer a partir da decisão da entidade de que determinado passivo contingencial seja estimado como possível ou como de provável chance de perder um processo judicial em que a entidade de previdência seja ré. Quando provável a chance de perda a entidade deve reconhecer uma provisão no passivo passando a evidenciar uma obrigação presente e ao mesmo tempo divulgando como contingencial.

Sendo assim, a presente pesquisa buscou responder a seguinte questão: **Há gerenciamento de informações contábeis utilizando as provisões contingenciais em entidades de previdência?**

Para responder a essa pergunta, o trabalho buscou atingir o seguinte objetivo: Identificar se existe gerenciamento da informação contábil por intermédio das provisões contingenciais registradas em balanço consolidado das maiores entidades de previdência complementar que atuam no Brasil. O motivo para tal gerenciamento seria aparentar melhores resultados e reduzir possíveis déficits atuariais de forma a evitar cobranças de órgãos reguladores.

Referencial Teórico

Uma visão geral a respeito da regulação é a intervenção do Estado na economia e na atividade social com a finalidade de corrigir falhas de mercado e aumentar o bem estar social. As principais teorias a respeito da regulação de mercados são: a Teoria do Interesse Público

(TIP), que segundo Posner (1974) tem como premissas o fato de mercados econômicos são frágeis e aptos a operar de forma muito ineficiente (ou desigual) se deixado sozinho, e que a regulação do governo é praticamente sem custos, e, assim, os seguidores da teoria argumentavam que as principais intervenções do governo na economia eram simplesmente respostas para demandas públicas e retificação de ineficiências e desigualdades na operação do mercado; a Teoria da Captura (TC), que de acordo com Stigler (1971) seria a teoria em que a regulação poderia ser adquirida pela indústria, sendo designada e operada para o seu benefício, em outras palavras, a indústria poderia utilizar o poder coercitivo do Estado para conseguir benefícios privados.

Posner (1974) defende, então, a Teoria Econômica da Regulação, que é baseada em duas ideias principais: a primeira é que uma vez que o poder coercitivo do governo pode ser usado para dar benefícios valiosos para indivíduos ou grupos particulares, a regulação econômica pode ser vista como um produto cuja atribuição é regulada pelas leis de oferta e demanda, e a segunda é que a teoria dos cartéis pode ajudar a localizar as curvas de demanda e oferta, esclarecendo tanto os benefícios quanto os custos.

Rodrigues (2008) acrescenta que as falhas de mercado podem criar incentivos à regulação. Se a regulação reduzir o grau de ineficiência das organizações reguladas, haverá mais riqueza disponível a ser distribuída, e esse maior nível da riqueza pode induzir a uma maior pressão por regulação por parte dos ganhadores, e provavelmente atenuará a oposição por parte dos perdedores. Na visão do autor, a teoria da regulação econômica sustenta que a regulação não maximizará a distribuição da riqueza disponível.

Mesmo em ambientes regulados, percebe-se a possibilidade de gerenciamento das informações contábeis por parte dos gestores. O que vem sendo muito discutido na pesquisa acadêmica contábil.

Os gestores podem usar o critério de contabilização oportunisticamente e manipular os *accruals*, fato que distorce os resultados como uma medida de desempenho da empresa. Os *accruals* discricionários e gerenciamento de resultados são usados de forma sinônima na literatura. Schipper define o gerenciamento de resultados como "Intervenção externa no processo de reporte, com a intenção de obter algum ganho para gestores ou acionistas" (como citado em Kothari, 2001). Linhas de pesquisa recentes utilizam testes para verificar se existe uma associação positiva entre *accruals* manipulados (ou discricionários) e retornos anormais ajustados ao risco (Kothari, 2001).

O custo do gerenciamento de *accruals* e previsões otimistas é a perda da credibilidade e da reputação que se tem em vista da acurácia e exatidão das informações contábeis no caso em que o gerenciamento dos *accruals* e otimismo de previsão são detectados. Além disso, há o perigo potencial de enfrentar ações judiciais e penalidades civis e criminais por fraude no caso de uma eventual queda nos preços das ações quando realizações de lucros futuros sugerem previsões por demais otimistas (Kothari, 2001). Em entidades de previdência não seria apenas a queda do preço das ações e sim resultados insuficientes para pagar benefícios ao investidor que talvez não tenha mais tempo ou recursos para desistir seu plano de previdência.

Sobre esse assunto, Marquardt e Wiedman (2004) verificaram se os custos de gerenciamento de lucros variam em relação a itens da demonstração de resultados diferentes. De acordo com as autoras os custos potenciais incluem aqueles em que o gerenciamento de lucros é "detectado" (como por meio de ações de execução do regulador, reajustes de lucros, litígios de acionistas e relatórios de auditoria), bem como aqueles em que a gestão de resultados não é explicitamente revelada. Os itens não recorrentes da demonstração do resultado, como os incluídos em itens especiais, são relativamente menos onerosos de gerenciar do que os itens recorrentes da demonstração de resultado. As autoras argumentam que o mecanismo por meio do qual as empresas gerenciam resultados depende

dos custos associados ao gerenciamento de *accruals* específicos e benefícios que surgem em um contexto particular.

Segundo Rodrigues (2008) “a análise de *accruals* específicos enfoca contas individuais sobre as quais os diretores de empresas podem exercer sua discricionariedade” (p. 23). Ainda segundo o autor, pesquisas realizadas com essa metodologia possibilitam o desenvolvimento de modelos econométricos mais compatíveis com as hipóteses de pesquisa, sendo mais realizados nos setores que envolvem instituições financeiras e seguradoras, devido à maior discricionariedade de suas contas, especialmente nos casos das provisões constituídas por tais empresas.

A literatura existente inclui estudos empíricos que examinam os incentivos múltiplos em utilizar *accruals* específicos concorrentes (melhora dos relatórios financeiros, objetivos fiscais e regulatórios para instituições financeiras), mas esses estudos normalmente examinam uma única opção contábil, por exemplo, provisões para perdas com empréstimos, ou PDD (Dechow, Ge & Schrand, 2010).

Algumas pesquisas empíricas anteriores apresentaram o relacionamento ou ainda a influência da regulação no que se refere ao gerenciamento de resultados. Gaver e Paterson (2004) investigaram o impacto da discricionariedade de provisões nos balanços das seguradoras verificando se empresas de seguros gerenciam provisões de perda (sinistros) para evitar violar determinada proporção limite usada pelos reguladores para a avaliação de solvência (conhecida como índices IRIS). Os autores concluíram que as seguradoras de vida e propriedade gerenciaram as provisões de sinistros nos relatórios financeiros para evitar perdas relatadas e também para limitar o número de violações dos indicadores usados pelos reguladores (índice IRIS). Os resultados indicaram ainda que as metas de solvência são uma importante influência na escolha contábil discricionária e sugerem que a manipulação da provisão pode adiar a intervenção regulatória, às vezes por um longo período.

Fuji (2004) teve como objetivo identificar se há gerenciamento dos resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil, verificando se a provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser objeto de gerenciamento (como citado em Rodrigues, 2008). A autora escolheu a conta provisão para créditos de liquidação duvidosa em função da sua importância em relação às operações de crédito, sendo assim trabalhou com os dados dos 50 maiores bancos que atuam no Brasil, conforme classificação decrescente dos ativos, extraídos das informações trimestrais referentes a março de 2000 a setembro de 2003.

A hipótese de que há gerenciamento por meio da conta despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa foi testada a partir de modelos para a análise de *accruals* específicos, empregando as contas: Resultado, excluindo as despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, Passivo exigível e Operações de crédito. De acordo com a autora, a regressão indica que a variação das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa pode ser explicada pelas variáveis independentes. Destaca-se que o coeficiente das operações de crédito foi positivo, pois um maior montante de operações de crédito implica maior nível de provisões. Assim, a análise estatística desse modelo de *accruals* específicos mostrou que há indícios de gerenciamento por meio da conta despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa (Fuji, 2004 como citado em Rodrigues, 2008).

Goulart (2007) em sua pesquisa empírica com as 50 maiores Instituições Financeiras do Brasil observou gerenciamento de resultados por meio do *income smoothing*, chamado de “suavizamento” de resultados, utilizando, principalmente, a provisão para devedores duvidosos das operações de crédito. Para o autor os gestores podem se aproveitar de oportunidades de julgamento a qual ele chamou de “espaços” de discricionariedade, para fornecer informações que lhes sejam mais convenientes, atendendo a interesses particulares, e

não propriamente ao objetivo de evidenciar adequadamente, de maneira fidedigna, a real situação patrimonial e desempenho das entidades.

Percebeu-se a existência, na contabilidade, de situações não caracterizadas pela objetividade, e que dependem, no processo de sua evidenciação, do julgamento e de estimativas realizadas por parte dos gestores da empresa. Provisão para devedores duvidosos, contingências e depreciação são exemplos de itens com essa natureza. (Goulart, 2007)

As contingências e seu julgamento subjetivo e jurídico possibilita a avaliação, por parte da administração, da probabilidade de perda conforme CPC 25. Essa probabilidade irá definir quais causas ou processos serão provisionados, quais serão divulgados e aqueles que sequer serão mencionados em notas explicativas nas demonstrações contábeis.

Rodrigues (2008) investigou o gerenciamento por meio das provisões técnicas constituídas por sociedades seguradoras que atuam no segmento de danos como resposta à regulação econômica e tributária do mercado brasileiro de seguros nos anos de 2001 a 2006 com 360 observações.

As evidências confirmaram a relação positiva e significativa entre as provisões técnicas e os valores dos parâmetros de solvência e dos impostos, ou seja, segundo o autor, os diretores das seguradoras influenciam para baixo as provisões técnicas se os valores dos parâmetros de solvência e dos impostos forem menores, mas, por outro lado, influenciam para cima as provisões técnicas se os valores dos parâmetros de solvência e dos impostos forem maiores. O autor percebeu, também, que essa relação ocorria com maior intensidade por meio das provisões de sinistros do que com as provisões de prêmios, e justificou esse fato com o maior grau de discricionariedade contábil que a regulação do setor de seguros proporciona ao se constituir provisões de sinistros, quando comparadas com as regras de constituição das provisões de prêmios (Rodrigues, 2008).

Curvelo, Macedo e Rodrigues (2015) em sua pesquisa concluem em seus resultados que os gestores das seguradoras com as características de sua amostra utilizam de sua liberdade de julgamento sobre os erros das provisões de sinistros para gerenciar a informação contábil com vistas a reduzir os lucros tributáveis e pagar menos impostos.

Metodologia

Pela taxionomia de Vergara (2009), esta pesquisa pode ser classificada quanto aos fins e aos meios. Quanto aos fins, como o objetivo deste trabalho foi identificar se existe gerenciamento da informação contábil por intermédio das provisões contingenciais em entidades de previdência, esta pesquisa tem caráter descritivo e exploratório. Quanto aos meios, ela pode ser classificada como documental, já que a pesquisa utilizou documentos e demonstrações contábeis publicadas pelas empresas, e *ex post facto* porque o fenômeno já ocorreu e o trabalho não visou controlar ou manipular as variáveis do estudo. Além disso, a pesquisa pode ser identificada como quantitativa.

A amostra foi composta por 30 entidades de previdência complementar, sendo 15 EFPC e 15 EAPC, que foram escolhidas segundo o critério não probabilístico, envolvendo a verificação das maiores entidades com relação ao Ativo Total no final de dezembro de 2015. No caso das EFPC foram: Previ/BB, Petros, Funcef, Funcesp, Itaú Unibanco, Valia, SISTEL, Forluz, Banesprev, Real Grandeza, FATL, FAPES, Fundação Copel, Postalís, Previdência Usiminas. Para as EAPC foram: Bradesco Vida e Previdência S.A., Brasilprev Seguros e Previdência S/A, Itaú Vida e Previdência S.A., Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A., Caixa Vida e Previdência S.A., Kirton Vida e Previdência S.A., Safra Vida e Previdência S.A., Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A., Porto Seguro Vida e Previdência S/A, Mapfre Previdência S.A., Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada

S.A., Cardif do Brasil Vida e Previdência S/A, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, Mongeral Aegon Seguros e Previdência S. A., Zurich Vida e Previdência S.A.

Destaca-se que para as EAPC, do total de empresas reguladas pela SUSEP, foram selecionadas as seguradoras que atuam no ramo de previdência e que apresentava no nome da empresa essa atuação. Foram levadas em consideração também as empresas que atuam somente com previdência (EAPP), porém como apresentavam menores valores de Ativo Total não fizeram parte da amostra final.

Os dados foram coletados das Demonstrações Financeiras consolidadas contidas nos relatórios anuais das entidades no período de 2010 e 2015. No caso das EFPC foram obtidos diretamente nos relatórios divulgados nos sites de cada entidade. E no caso das EAPC os dados foram obtidos no Sistema de Estatísticas da SUSEP (SES), disponível no site da SUSEP na Internet.

A hipótese investigada foi **H₁: Existe gerenciamento de informações contábeis utilizando as provisões contingenciais em entidades de previdência complementar.** Para testá-la foram verificadas as evidências empíricas por meio de análise multivariada de dados, de acordo com o referencial teórico considerado, com o seguinte modelo de *accruals* específicos proposto:

$$ProvCont = \beta_0 + \beta_1 POper + \beta_2 ResOper + \beta_3 Tam + \varepsilon$$

Em que:

ProvCont = Provisão Contingencial

Obtida no Exigível Contingencial do Balanço Anual Consolidado para as EFPC, e nas Provisões Judiciais do Balanço Patrimonial para as EAPC.

ResOper = Resultado Operacional

Nas EFPC este resultado foi obtido por meio do Resultado Líquido dos Investimentos na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, enquanto que nas EAPC foi obtido por meio da equação *ResOper* = Resultado Operacional – (Despesa Administrativa) encontrado na Demonstração do Resultado.

POper = Passivo Operacional

Exigível Operacional do Balanço Anual Consolidado para as EFPC e por meio da equação *POper* = Passivo Exigível – Passivo Contingencial – Provisões técnicas para as EAPC.

Tam = Tamanho

Variável de controle devido às diferenças entre as entidades de previdência, calculada por meio do logaritmo natural do Ativo Total como *proxy* do tamanho e para isolar o efeito do tamanho da entidade sobre a variável dependente.

Torna-se importante destacar que o CPC 25 distingue provisão de outros passivos e em seu item 11 afirma que “as provisões podem ser distintas de outros passivos, tais como contas a pagar e passivos derivados de apropriações por competência (*accruals*) porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação”. No caso deste artigo, o passivo operacional pode ser considerado não discricionário, e se enquadraria na definição de outros passivos apesar de ser estimado em seus valores e prazos o grau de incerteza é muito menor do que as provisões.

Quanto ao reconhecimento de uma provisão encontra-se no item 14 do referido CPC a discricionariedade por meio da estimativa de perda dos processos judiciais em categorias como provável, possível ou remota. Apenas quando a perda é provável uma provisão deve ser reconhecida, neste caso a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, e é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

As variáveis do modelo foram consideradas na forma relativa, dividindo-se pelo Ativo Total, para reduzir o viés do efeito tamanho. Esperava-se encontrar uma relação inversa em relação ao Passivo Operacional, ou seja, quanto maior o passivo operacional, menor a provisão contingencial, fato explicado devido à pressão exercida pelo regulador em casos de desequilíbrio atuarial; e uma relação direta com o resultado operacional.

Como os dados apresentados possuem diversas observações ao longo de vários períodos de tempo, a técnica mais adequada a ser utilizada na análise foi a regressão de dados em painel. Esta técnica possibilita o “estudo das diferenças existentes de um determinado fenômeno entre indivíduos em cada *cross-section*, além de permitir a análise da evolução temporal deste mesmo fenômeno para cada indivíduo” (Fávero, 2015, p. 261).

Pelo fato de todas as unidades do corte transversal possuir mesmo número observações ao longo do período do estudo, segundo Gujarati e Porter (2011) trata-se de um painel balanceado ou painel equilibrado, como classifica Wooldridge (2014). Conforme Gujarati e Porter (2011), ao se trabalhar a técnica de estimação adequada há três possibilidades utilizando os modelos dos mínimos quadrados ordinários (MQO): dados empilhados (*pooled*), modelos de efeitos fixos ou modelos de efeitos aleatórios.

Na operacionalização das análises estatísticas o software usado foi o *GNU Regression, Econometrics and Time-series Library* (Gretl®), que é um pacote estatístico livre e multiplataforma desenvolvido, principalmente, para ser usado em pesquisas econométricas, já que permite a aplicação de uma ampla gama de técnicas econométricas (Andrade, 2013).

Análise de Resultados

As estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo proposto, no período de 2010 a 2015, estão disponíveis na Tabela 1.

Tabela 1
Estatística Descritiva das Variáveis

	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desv. Padrão
ProvCont	0,015045	0,009163	0,00000	0,07478	0,016585
POper	0,027193	0,007964	0,0008728	0,18433	0,042670
ResOper	0,075553	0,057166	-0,085956	0,36208	0,073664
Tam	16,081	16,091	11,096	18,958	1,5890

Fonte: Elaboração dos autores por meio dos resultados no Gretl®.

Com o objetivo de verificar a relação entre as variáveis e a natureza desse relacionamento, este estudo contou com as técnicas de correlação e regressão, conforme Corrar, Paulo e Dias Filho (2014). A análise de correlação deve ser feita primeiro para saber se as variáveis estão relacionadas, e em seguida, a regressão, pois esta é a descrição da referida relação. O primeiro passo foi elaborar a matriz de correlação entre as variáveis do estudo para verificar o grau de associação entre elas, e testar a hipótese nula de que o coeficiente de correlação é igual à zero, com a expectativa de sua rejeição confirmando a associação significativa entre as variáveis.

De acordo com Tabela 2, que apresenta a matriz de correlação com os coeficientes de correlação de Pearson entre as variáveis propostas no modelo apresentado, percebe-se uma correlação significativa, porém em sentido oposto entre as variáveis *ProvCont* e *POper*, mostrando a relação entre o Passivo Operacional e a Provisão Contingencial conforme esperado. Também foi identificada correlação significativa, no mesmo sentido, entre as variáveis *POper* e *ResOper* e correlações significativas, em sentido oposto entre *Tam* e as variáveis *POper* e *ResOper*.

Tabela 2
Coeficientes de Correlação

ProvCont	POper	ResOper	Tam	
1,0000	-0,1849*	0,0968	0,1020	ProvCont
	1,0000	0,3231*	-0,2408*	POper
		1,0000	-0,2511*	ResOper
			1,0000	Tam

* Correlação é significativa ao nível de 5% (bicaudal)

Fonte: Elaboração dos autores por meio dos resultados no Gretl®.

Aplicando os devidos testes ao modelo (*cross section* empilhadas), obteve-se: por meio da variância dos resíduos que a significância conjunta da diferenciação das médias de grupo foi: $F(29, 147) = 1,04239$ com p-valor 0,417231, mostrando que o modelo MQO agrupado (*pooled*) é adequado, em relação à hipótese alternativa da existência de efeitos fixos; e por meio da estatística de teste Breusch-Pagan LM = 0,0631058 com p-valor 0,801653 confirmando que o modelo MQO agrupado (*pooled*) é adequado, em relação à hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios. Sendo assim, por meio dos testes aplicados, percebeu-se que o método mais adequado a ser utilizado seria o modelo *pooled*.

Em seguida, a análise de regressão foi realizada, com a estimação dos parâmetros do modelo, com o cálculo do R², coeficiente de determinação, que evidencia o caráter explicativo da regressão, e os parâmetros da regressão (os coeficientes lineares e angulares da equação). Além disso, foram realizados os testes de significância do modelo: o primeiro para o modelo como um todo através do teste F, na qual a hipótese nula é de que o R² é igual a zero e, o segundo teste relativo aos coeficientes de regressão individuais por meio do teste t, em que a hipótese nula é de que o coeficiente angular é igual a zero. A análise de regressão possui um conjunto de pressupostos para a sua aplicação, como a normalidade dos resíduos, homocedasticidade dos resíduos, e a ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes (estatística VIF – *Variance Inflation Factor*).

Desta forma, partindo para a análise da equação, conforme a metodologia, o modelo para verificação das hipóteses é apresentado na Tabela 3, contendo informações da regressão referentes à significância do modelo, dos coeficientes lineares e angulares e testes dos pressupostos, a partir dos relatórios de saída do Gretl®.

Tabela 3
Resultados obtidos por meio do modelo proposto

MQO agrupado, usando 180 observações: 30 unidades de corte transversal e série temporal de 6 anos				
Variável dependente: ProvCont				
	Regressão com erros padrão robustos (HAC)			
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	-0,00208254	0,00648800	-0,3210	0,7486
POper	-0,0871171	0,0213173	-4,087	6,64e-05 ***
ResOper	0,0435638	0,0200982	2,168	0,0315 **
Tam	0,00100769	0,000355603	2,834	0,0051 ***
Média var. dependente	0,015045	D.P. var. dependente	0,016585	
Soma resíd. quadrados	0,045786	E.P. da regressão	0,016129	
R-quadrado	0,070016	R-quadrado ajustado	0,054164	
F(3, 176)	9,845549	P-valor(F)	4,90e-06	
Log da verossimilhança	489,4963	Critério de Akaike	-970,9925	
Critério de Schwarz	-958,2207	Critério Hannan-Quinn	-965,8141	
rô	0,186740	Durbin-Watson	1,442011	
Teste da normalidade dos resíduos: Qui-quadrado(2) = 94,5025 com p-valor = 3,01328e-021				
Teste de White para heteroscedasticidade: LM=20,5582 com p-valor = P(Qui-quadrado(9)>20,5582)=0,0147631				
Fatores de Inflacionamento da Variância (VIF): POper 1,152 ResOper 1,158 Tam 1,101				

Fonte: Elaboração dos autores por meio dos resultados no Gretl®.

Com relação à normalidade dos resíduos, percebe-se que o modelo não atende ao pressuposto com o teste Qui-quadrado, na qual se testou a hipótese nula (H_0) de que o erro tem distribuição normal; como o p-valor foi menor do que a significância foi rejeitada H_0 , o que poderia ser uma restrição na análise de regressão. Porém, de acordo com o teorema do limite central: “se a população básica é não normal, a distribuição de médias amostrais será aproximadamente normal para grandes amostras” (Stevenson, 1981, p.181). Sendo assim, como se trabalhou com 180 observações (30 entidades em seis anos) pode-se relaxar tal pressuposto.

Quanto ao pressuposto de homocedasticidade, cujo teste de White analisou a hipótese nula (H_0) de que os resíduos são homocedásticos, percebe-se a rejeição da hipótese e a presença da heterocedasticidade dos resíduos, sendo o procedimento econométrico que foi feito para tratar tal restrição chamado de “erros padrão robustos”, segundo Gujarati e Porter (2011, p.395).

E o pressuposto da ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes pôde ser observado no modelo com a análise do valor do VIF, que, conforme Gujarati e Porter (2011, p. 348): “como regra prática, se o VIF de uma variável for mais do que 10, essa variável será tida como altamente colinear”.

Após a análise de atendimento dos pressupostos, parte-se para a análise da significância do modelo como um todo, dos coeficientes e do seu poder explicativo. Pela análise da Tabela 3, percebe-se por meio do R^2 que o conjunto de variáveis explica 7% da Provisão Contingencial, na qual o modelo pode ser considerado significativo, pois o p-valor da estatística F foi menor que o nível de significância (5%) abordado no estudo, rejeitando a hipótese nula (H_0) de que os coeficientes angulares (β 's) das variáveis explicativas são iguais a zero. Sabendo que para a decisão dos gestores sobre a estimativa da probabilidade de perda de uma contingência passiva diversas outras variáveis podem ser consideradas, considera-se o resultado como uma resposta positiva a pergunta de pesquisa.

Para análise da significância dos coeficientes, foi necessário testar a hipótese nula (H_0) de que o $\beta=0$, ou seja, não teria significância. Neste caso, esperava-se que o p-valor da estatística t fosse menor que o nível de significância, o que foi observado tendo em vista os coeficientes angulares terem sido significativos a 5%. Revelando que o Passivo Operacional, o Resultado Operacional e o Tamanho explicam as alterações nas Provisões Contingenciais, mostrando que houve gerenciamento por parte dos gestores nas provisões contingenciais.

E assim a equação gerada para o modelo em questão foi: $ProvCont = -0,00208 - 0,0871 * POper + 0,0436 * ResOper + 0,00101 * Tam$, o que significa que a provisão contingencial estaria diretamente relacionada com o resultado operacional e o tamanho da entidade e inversamente relacionada com o passivo operacional. O que está de acordo com o esperado, e com o que foi apresentado em pesquisas anteriores em outros tipos de instituições, como Goulart (2007) que percebeu a existência de situações não caracterizadas pela objetividade, e que dependem, no processo de sua evidenciação, do julgamento e de estimativas realizadas por parte dos gestores dos bancos pesquisados.

Desta forma, considera-se que a hipótese H_1 investigada foi confirmada. Por meio dos resultados percebe-se que existe gerenciamento de informações contábeis em entidades de previdência complementar utilizando as provisões contingenciais.

Conclusão

Levando em consideração tudo o que foi apresentado, percebeu-se que o resultado operacional revela gerenciamento da informação contábil em relação às provisões contingenciais. Isso porque os resultados mostram o passivo operacional inversamente correlacionado com a provisão contingencial, ou seja, quanto maior o passivo operacional,

menor será a provisão contingencial, caracterizando que a pressão do regulador contra possíveis resultados deficitários pode promover o gerenciamento por parte das reguladas.

E, principalmente, no resultado operacional das entidades foram encontradas evidências de gerenciamento de resultados para aumentar ou diminuir as provisões contingenciais. Caracterizando o gerenciamento com os resultados e com contas específicas do passivo operacional.

Quando o resultado operacional aumenta permite um aumento também das provisões contingenciais por parte dos gestores o que confirma a teoria de Kothari (2001) de que os gestores podem usar o critério de contabilização oportunisticamente e manipular os *accruals*, fato que distorce os resultados como uma medida de desempenho da empresa. Ainda segundo o autor, o custo do gerenciamento de *accruals* e previsões otimistas é a perda da credibilidade e da reputação que se tem em vista da acurácia e exatidão das informações contábeis no caso em que o gerenciamento dos *accruals* e otimismo de previsão são detectados.

A relevância desse trabalho se encontra no fato de que pesquisas anteriores abordam gerenciamento por meio de provisões técnicas, e não foram encontrados trabalhos a respeito de provisões contingenciais, além disso, existem poucas pesquisas empíricas na área de previdência complementar.

Healy e Wahlen (1999) observaram que, em geral, há poucas evidências sobre gerenciamento de resultados usando *accruals* específicos, sugerindo que este tema é uma área fértil para pesquisas futuras (como citado em Marquardt & Wiedman, 2004).

Como sugestão para trabalhos futuros propõe-se uma análise das notas explicativas para verificar as contingências passivas classificadas como “perda possível”.

Referências Bibliográficas

- Andrade, C. H. C. (2013). Manual de introdução ao pacote econométrico Gretl. PPGE/UFRGS.
- Caetano, M. (2011). Reformas infraconstitucionais nas previdências privada e pública: possibilidades e limites. *Brasil: a nova agenda social*. Rio de Janeiro: LTC.
- Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. (2016). Disponível em: <http://www.previ.com.br>. Acesso em: nov.
- Clacher, I., & Moizer, P. (2011). Accounting for pensions. *Leeds University Business School*. Retrived from.
- Corrar, L. J., Paulo, E., & Dias Filho, J. M. (2007). *Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia*. São Paulo: Atlas.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of accounting and economics*, 50(2), 344-401.
- Fávero, L. P. (2015). *Análise de dados: modelos de regressão com Excel®, Stata® e SPSS®*. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fuji, A. H. (2004). *Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil* (Doctoral dissertation).
- Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES. (2017). Disponível em: <http://www.fapes.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Atlântico de Seguridade Social. (2017). Disponível em: <http://www.fundacaoatlantico.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Copel. (2017). Disponível em: <http://www.fundacaocopel.org.br>. Acesso em: jan.

- Fundação dos Economiários Federais. (2017). Disponível em: <http://www.funcef.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Forluminas de Seguridade Social. (2017). Disponível em: <http://www.forluz.org.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Funcesp. (2017). Disponível em: <http://www.funcesp.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Itaú Unibanco. (2017). Disponível em: <http://www.fundacaoitaubanco.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Petrobras de Seguridade Social. (2017). Disponível em: <http://www.petros.com.br>. Acesso em: jan.
- Fundação Previdência Usiminas. (2017). Disponível em: <http://www.previdenciausiminas.com>. Acesso em: jan.
- Fundação Valia. (2017). Disponível em: <http://www.valia.com.br>. Acesso em: jan.2017.
- Fundo Banespa de Seguridade Social. (2017). Disponível em: <http://www.banesprev.com.br>. Acesso em: jan.
- Gaver, J. J., & Paterson, J. S. (2004). Do insurers manipulate loss reserves to mask solvency problems?. *Journal of Accounting and Economics*, 37(3), 393-416.
- Goulart, A. M. C. (2007). *Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria Básica*. 5a ed. Porto Alegre: AMGH Editora.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of accounting and economics*, 31(1), 105-231.
- Marquardt, C. A., & Wiedman, C. I. (2004). How are earnings managed? An examination of specific accruals. *Contemporary Accounting Research*, 21(2), 461-491.
- Ministério da Previdência Social. (2016). Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-complementar-rfpc>. Acesso em: nov.
- Organisation for Economic Co-Operation and Development. (2017). Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/fin/private-pensions/oecd-iops-world-bank-join-forces-to-improve-private-pension-statistics.htm>. Acesso em: jan.
- Posner, R. A. (1974). Theories of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 5 (2), 335-358.
- Postalís Instituto de Previdência Complementar. (2017). Disponível em: <http://www.postalis.org.br>. Acesso em: jan.
- Pronunciamento Técnico CPC-25. (2016). Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf. Acesso em nov.
- Real Grandeza Fundação de Previdência e Assistência Social. (2017). Disponível em: <http://www.frg.com.br>. Acesso em: jan.
- Reis, A. (2008). *Fundo de Pensão e Mercado de Capitais*. São Paulo: Editora Peixoto Neto.
- Rodrigues, A. (2008). *Gerenciamento da informação contábil e regulação: evidências no mercado brasileiro de seguros* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Sistel Fundação de Seguridade Social. (2017). Disponível em: <http://www.sistel.com.br>. Acesso em: jan.
- Sistema de Estatísticas da SUSEP. (2017). Disponível em: <http://www2.susep.gov.br/menuestatistica/SES/principal.aspx>. Acesso em jan.
- Superintendência de Seguros Privados. (2016). Disponível em: <http://www.susep.gov.br>. Acesso em: out.

Improving the usefulness of accounting research

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar. (2016). Disponível em: <http://www.previc.gov.br>. Acesso em: out.
- Stevenson, W. J. (1981). *Estatística Aplicada à Administração*; tradução Alfredo de Farias. São Paulo: Harbra.
- Vergara, S. C. (2009). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10a ed. São Paulo: Atlas.
- Wooldridge, J. M (2014). *Introdução à Econometria: uma abordagem moderna*. 4a ed. São Paulo: Cengage Learning.